



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Comissão de Políticas Públicas

RELATÓRIO CT-POLÍTICAS PÚBLICAS-001/2012

Apresenta as conclusões da Comissão Temática referentes às tarefas atribuídas pela Deliberação CONSEMA 11/2010 e informa ao Plenário do Conselho ter encerrado as tarefas arroladas no relatório.

02 de fevereiro de 2012

INTRODUÇÃO

Em sua 271ª Reunião Ordinária, o Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente aprovou a Deliberação CONSEMA 11/2010, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre número, atribuições e composição das Comissões Temáticas. No artigo 1º, parágrafo 2º da Deliberação, determinou que fossem redistribuídas entre as Comissões Temáticas as tarefas ainda por executar atribuídas ao longo do tempo por meio de diversas Deliberações às antigas Comissões Especiais, detalhando tais tarefas em seu artigo 5º. Desta forma, a “Comissão de Políticas Públicas” ficou encarregada de levar a cabo as seguintes tarefas arroladas no referido artigo 5º, cujo extrato é aqui transcrito:

Artigo 5º-As tarefas já atribuídas às Comissões Especiais que ora se transformam nas novas Comissões Temáticas ficam assim distribuídas:

[...]

5. Comissão de Políticas Públicas:

- 1) Aprofundar definições conceituais de impacto ambiental (Del. 17/96).
- 2) Estudar a viabilidade de auditoria ambiental de empreendimentos em operação que não foram objeto de licenciamento (Del. 17/96).
- 3) Elaborar estudos técnicos para subsidiar a população afetada pelos empreendimentos (Del. 17/96).
- 4) Propor procedimentos para se implementar a responsabilização efetiva dos técnicos, identificando inclusive meios para integrar a atuação dos vários conselhos profissionais (Del. 26/97).
- 5) Analisar a lista de empreendimentos, obras e atividades sujeitos a licenciamento ambiental ou a autorização e a relação daqueles cujo licenciamento deverá ser precedido de avaliação de impacto ambiental (Del. 32/97).
- 6) Elaborar critérios para o licenciamento ambiental (Del. 23/99).
- 7) Criar mecanismos de articulação e integração do CONSEMA com o CRH e o CONESAN, nos termos da Del. CONSEMA 59/1994 (Del. 14/2001).
- 8) Reanalisar a Del. CONSEMA 67/94 no que se refere à proposta de decreto que institui a avaliação ambiental estratégica e à proposta de decreto que cria a comissão de avaliação ambiental estratégica (Del. 09/01).
- 9) Elaborar proposta de políticas públicas para a preservação do cervo do Pantanal e apresentar relatório ao Plenário (Del. 02/2005).

Este relatório sintetiza os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Políticas Públicas em atenção ao disposto na Deliberação CONSEMA 11/2010. Seu propósito é, no que for possível, encerrar as tarefas atribuídas à Comissão e prestar contas ao Plenário do Conselho

das atividades desenvolvidas para tanto, relatando as providências, fatos e conclusões da Comissão de maneira individualizada para cada uma das tarefas.

As tarefas transferidas pela Del. 11/2010 para a Comissão Temática são oriundas de deliberações aprovadas no período de 1996 a 2005, determinando providências diversas às extintas Comissões Especiais. Para resolver tais pendências, os membros da Comissão de Políticas Públicas acordaram em desenvolver um esforço conjunto, retomando os assuntos pendentes nesses últimos 15 anos, avaliando-os à luz do contexto atual. Tal sorte de acúmulo de tarefas pendentes é fruto não da desídia das extintas Comissões Especiais, mas do descompasso entre as intenções expressas em Plenário e a efetiva capacidade de resposta das Comissões.

Desta forma, foram analisadas as 9 deliberações, que versam sobre temas variados, como avaliação do impacto ambiental, critérios para licenciamento ambiental, critérios para relacionamento do CONSEMA com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e de Saneamento Ambiental, Avaliação Ambiental Estratégica e preservação de fauna. Do total, até o presente momento 9 tarefas foram avaliadas como encerradas e estão relatadas a seguir, uma a uma junto às correspondentes Deliberações que as criaram.

Assim, foi possível superar, em sua totalidade, a defasagem entre o deliberado pelo Plenário e as atividades da Comissão de Políticas Públicas, permitindo que esta possa assumir com mais propriedade as novas demandas que a ela se apresentem.

ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO DO CONSEMA

Em sua 8ª Reunião Ordinária, a Comissão de Políticas Públicas analisou e aprovou este relatório, encaminhando-o ao Plenário do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA.

Nas próximas páginas serão apresentadas de forma sucinta as providências, informações e conclusões dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão no que se refere às Deliberações do Plenário listadas a seguir. A numeração dos itens segue a ordem estabelecida na Deliberação CONSEMA 11/2010, em seu artigo 5º, que transferiu à Comissão de Políticas Públicas diversas tarefas atribuídas às extintas Comissões Especiais entre 1996 e 2005 por meio das deliberações listadas.

A Comissão de Políticas Públicas informa ao Plenário do CONSEMA ter encerrado as tarefas atribuídas à Comissão pelas seguintes deliberações:

- 1) DELIBERAÇÃO CONSEMA 17/96, DE 02 DE JULHO DE 1996 (110ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEMA) – Itens 1, 2 e 3 da Del. CONSEMA 11/2010.

- 2) DELIBERAÇÃO CONSEMA 26/97 DE 30 DE JULHO DE 1997 (122ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA) – Item 4 da Del. CONSEMA 11/2010.
- 3) DELIBERAÇÃO CONSEMA 32/97, DE 08 DE OUTUBRO DE 1997 (125ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA) -Item 5 da Del. CONSEMA 11/2010.
- 4) DELIBERAÇÃO CONSEMA 23/99, DE 11 DE AGOSTO DE 1999 (147ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA) -Item 6 da Del. CONSEMA 11/2010.
- 5) DELIBERAÇÃO CONSEMA 14/01, DE 06 DE JUNHO DE 2001 (165ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA), nos termos da Del. CONSEMA 59/1994 - Item 7 da Del. CONSEMA 11/2010.
- 6) DELIBERAÇÃO CONSEMA 09/2001, DE 11 DE ABRIL DE 2001 (163ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA), referente à análise da Del. CONSEMA 67/94 - Item 8 da Del. CONSEMA 11/2010.
- 7) DELIBERAÇÃO CONSEMA 02/2005, DE 25 DE JANEIRO DE 2005 (207ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA) - Item 9 da Del. CONSEMA 11/2010.

Total de 9 deliberações citadas.

1. DELIBERAÇÃO CONSEMA 17/96, DE 02 DE JULHO DE 1996 (110ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSEMA).

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 110ª Reunião Plenária Ordinária, aprovou o relatório final elaborado pela Comissão Especial instituída com a finalidade de analisar os princípios, os critérios e os procedimentos relacionados ao processo de avaliação do impacto ambiental (**Del. Consema 41/92 e 08/94**) e a proposta sobre aquelas atribuições que lhe foram conferidas pelas **Deliberações Consema 67/94 e 03/95** e não foram por ela realizadas, e resolveu:

a) Delegar à Secretaria do Meio Ambiente, reservando-se o direito de apreciar o resultado, as seguintes tarefas:

1. Definir lista completa e atualizada de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental;

2. Atualizar a lista de empreendimentos cujo licenciamento ambiental se fará obrigatoriamente através de EIA e de RIMA;
3. Definir critérios de consulta de Termos de Referência;
4. Definir critérios para estabelecimento de prazos para revisão de EIA e RIMA;
5. Analisar a possibilidade de pagamento de taxas pelo empreendedor à SMA para cobrir custos do processo de licenciamento.

b) Instituir uma Comissão Especial específica, composta pelos representantes da associação Brasileira de Engenharia Sanitária - ABES, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - Cetesb, da Secretaria da Cultura, da Secretaria de Energia, das Coordenadorias de Planejamento Ambiental e de Licenciamento Ambiental e Proteção dos Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente, do Sindicato dos Trabalhadores Urbanos do Estado de São Paulo e por quatro representantes de entidades ambientalistas, com a finalidade precípua de executar as seguintes tarefas:

1. aprofundar as definições conceituais de impacto ambiental;
2. estudar a viabilidade de implantação de auditoria ambiental de empreendimentos em operação que não foram objeto de licenciamento;
3. elaborar estudos técnicos necessários para aparelhar e subsidiar tecnicamente a população afetada.

Fábio Feldmann / Secretário de Estado do Meio Ambiente / Presidente do
CONSEMA

Atendimento à Del. CONSEMA 17/96:

Deliberação Consema 41/92, de 30 de setembro de 1992.

73ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema.

(Tempo decorrido desde a deliberação: 17 anos)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA, em sua 73ª Reunião Ordinária, decidiu criar uma Comissão Especial para elaborar proposta de novos procedimentos para tramitação de EIA/RIMA, a qual deverá ser apreciada por este órgão. Esta comissão deverá ser constituída por representantes do CREA, FIESP, OAB, USP, Secretaria dos Transportes Metropolitanos, SMA/CPLA e por dois ambientalistas: Condesmar Fernandes de Oliveira e outro a ser posteriormente designado.

Deliberação Consema 08/94, de 9 de Fevereiro de 1994.

88ª Reunião Ordinária do Consema.

(Tempo decorrido desde a deliberação: 17 anos)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 88ª Reunião Plenária Ordinária, decidiu modificar a Comissão Especial criada pela Deliberação CONSEMA 041/92, nos seguintes termos: 1) ampliar sua tarefa, que passará a ser a de analisar os princípios, os critérios e os procedimentos relacionados ao processo de avaliação de impacto ambiental; 2) alterar sua composição, que passará a ser formada pelos representantes do Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura-CREA, do Instituto dos Arquitetos do Brasil-IAB, da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES, da Universidade de São Paulo-USP, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-CETESB, da Coordenadoria de Planejamento Ambiental - CPLA/SMA, da Coordenadoria de Proteção dos Recursos Naturais - CPRN/SMA, da Secretaria de Transportes Metropolitanos, da Secretaria de Planejamento e Gestão, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, e pelos representantes de entidades ambientalistas João Paulo Capobianco, Condesmar Fernandes de Oliveira e Ricardo Ferraz; 3) e, por último, conceder-lhe o prazo de seis meses, a partir da data da publicação desta deliberação, para a conclusão dos seus trabalhos e apresentação ao Plenário de suas proposta.

Atendimento:

A Comissão elaborou a Minuta de Resolução com os procedimentos para Avaliação de Impacto Ambiental no Estado de São Paulo, a qual resultou na Resolução 42/1994 e, posteriormente na Resolução 54/2004. Além disso, a Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009 e o Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009 definiram a nova estrutura do Consema e as atribuições das Comissões Especiais.

Assim, as Deliberações 41/92, 08/94 estão superadas.

Deliberação Consema 67/94, de 22 de dezembro de 1994.

35ª Reunião Extraordinária do Plenário do Consema.

(Resumo da Cetesb)

(Tempo decorrido desde a deliberação: 17 anos)

Aprovação do relatório apresentado pela Comissão Especial (Del. 41/92 e 08/94). No referido relatório foi formalizada:

- I. Proposta normativa que inclua a variável ambiental na formulação das políticas públicas do Estado, por meio da criação de estrutura para Avaliação Ambiental Estratégica na SMA e a instalação de grupos de políticas públicas nas Secretarias de Estado;
- II. Proposta normativa que dê nova disciplina à apreciação dos estudos de impacto ambiental, visando a participação da sociedade civil no processo de licenciamento das atividades e aperfeiçoar a tramitação do EIA/RIMA no Consema;
- III. Continuidade desta comissão, com o objetivo de desenvolver estudos necessários ao aprimoramento do sistema de avaliação de impacto ambiental do Estado.

O Relatório apresenta as Minutas abaixo:

- 1) Minuta de Decreto que institui a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE
- 2) Minuta de Resolução que cria a Comissão Ambiental Estratégica e Minuta de Resolução que estabelece procedimentos para Avaliação de Impacto Ambiental no Estado de São Paulo
- 3) Determinar a Comissão Especial que continue seus trabalhos para:
 - a. Definir lista completa e atualizada de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental;
 - b. Atualizar lista de empreendimentos cujo licenciamento ambiental se fará obrigatoriamente através de EIA e RIMA;
 - c. Definir roteiro básico para Planos de Trabalho e TRs;
 - d. Definir conteúdo/roteiro do RAP;
 - e. Definir critério de consultas de TRs (locais onde estarão disponíveis, quantidades de cópias, etc.);
 - f. Definir o conteúdo mínimo de relatório a ser emitido pelo DAIA quanto à qualidade técnica do EIA e RIMA (item III.8);
 - g. Definir critérios para estabelecimento de prazos para revisão de EIAs e RIMAs;
 - h. Aprofundar as definições conceituais de impacto ambiental;
 - i. Redefinir o número das Câmaras Técnicas, suas atribuições e composição, propondo-se também as mudanças do seu regimento interno;
 - j. Estudar a viabilidade de implantação de auditoria ambiental de empreendimentos em operação;
 - l. Propor critérios para o licenciamento de empreendimentos em operação que não foram objeto de licenciamento;
 - m. Analisar a possibilidade de pagamento de taxas pelo empreendedor à SMA, para cobrir custos do processo de licenciamento e dos estudos técnicos necessários para aparelhar e subsidiar tecnicamente a população afetada.

Atendimento do Item 3:

Esta Deliberação também está superada no que diz respeito ao licenciamento ambiental através da Avaliação de Impacto Ambiental, pois da mesma forma que as Deliberações 41/92 e 08/94, o atendimento foi feito pela Comissão Especial por meio da edição da Resolução SMA 42/1994, de 29/12/1994, da Resolução SMA 49/1994 (revogada) e da Resolução SMA 54/2004, de 30/11/2004 e Resolução Conama 237, de 19/12/1997, que contemplaram as

demandas mencionadas, como: os critérios e procedimentos para: licenciamento ambiental, roteiros para elaboração de Planos de Trabalho, roteiros para elaboração de EIA/RIMA/RAP/EAS, prazos para revisão de EIA/RIMA, definições conceituais de impacto ambiental. A cobrança pela análise dos estudos está contemplada no Decreto Estadual 55.149, de 10/12/2009.

Deliberação Consema 017/96, de 2 de julho de 1996.

110ª Reunião Ordinária do Plenário do Consema.

Atendimento:

Os empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental e a obrigatoriedade do EIA/RIMA foram contemplados nas Resoluções Conama 01/86 e 237/97. Posteriormente foram estabelecidas também: as Resoluções SMA 42/94 e SMA 54/04 e posteriormente outras normas específicas para alguns setores:

Fauna: Resolução SMA 22/2010

Patrimônio Arqueológico: Portaria IPHAN 07/1998 e Resolução IPHAN 230/2002 e Resolução SMA 34/2003

Avaliação de Ruídos: Decisão de Diretoria DD nº 100/2009/P e DD nº 389/2010/P

Áreas contaminadas: Lei Estadual nº 13.577/2009

Emissões Atmosféricas: Resolução Conama 382 e Decreto Estadual Nº 52.469/07

Linhas de Transmissão: Resolução SMA 05/2007 e Lei Federal nº 11.934/09 e Resolução Normativa ANEEL 398/2010

Mineração e Vegetação: Resolução SMA 86/2009, Resolução SMA nº 130/2010 e Lei Federal nº 11.428/2006 e Resolução SMA 31/2009

Loteamentos: Resolução SMA 68/2009

Setor Sucroalcooleiro: Resolução SMA 88/2008 (revogada) e Resolução SMA 121/2010.

Rodovias: Resolução SMA 33/2002

Ferrovias: Resolução Conama 349/2004

Municipalização do licenciamento: Deliberação Consema 33/2009

Dragagem: Resolução Conama 344/2004 e Resolução SMA 39/04

Compensação Ambiental: Lei Federal nº 9.985/200, Decretos Federais: 4.340/2002 e

6.848/2009.

O pagamento dos custos de análise dos estudos foi objeto do Decreto Estadual nº 55.149, de 10/12/2009 (anexo).

Informes da Cetesb:

Com relação aos itens 1 e 2 (Lista de empreendimentos...), os mesmos foram contemplados nas Resoluções Conama 01/86 e 237/97. Quanto aos itens 3 e 4, foram contemplados nas Resoluções SMA 42/94, Resolução SMA 54/04, Conama 1/86 e Res. Conama 237/97.

Deliberação Consema 03/95, de 25 de maio de 1995.

36ª Reunião Plenária Extraordinária do Consema.

(Tempo decorrido: 16 anos)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 36ª Reunião Ordinária Plenária Extraordinária, decidiu alterar a composição da Comissão Especial criada pela Deliberação Consema 041/92 e modificada pela Deliberação Consema 08/94, que passará a ser formada pelos representantes: da Secretaria de Economia e Planejamento; das Coordenadorias de Licenciamento e Proteção dos Recursos Naturais e de Planejamento Ambiental, da Secretaria do Meio Ambiente; da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental; da Ordem dos Advogados do Brasil; do Ministério Público; do Instituto dos Arquitetos do Brasil; do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo; da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; e de entidades ambientalistas, Condesmar Fernandes de Oliveira. Decidiu também que esta Comissão terá como objetivo: 1. dar continuidade às tarefas descritas no item 3 da Deliberação Consema nº 67/94, que ainda não foram concluídas; 2. apresentar proposta que compatibilize o conteúdo da minuta de deliberação que regulamenta a Resolução SMA 42/94, elaborada por essa Comissão Especial, com o que dispõe a Resolução Consema 06/86; e 3. elaborar proposta para os artigos 4º e 10 da minuta de deliberação que altera o número, a composição, as atribuições e o regimento interno das Câmaras Técnicas, aprovada preliminarmente em bloco nesta reunião e que aguarda a redação final desses dois artigos para ser publicada em sua inteireza.

Atendimento:

Com a edição das Resoluções SMA 42/1994 e 54/2004 e Resolução Conama 237/1997, entendemos que os itens 1 e 2 da Del. CONSEMA 17/96 foram cumpridos, pois ambos tratam dos critérios e procedimentos de licenciamento ambiental por meio da Avaliação de Impacto Ambiental, que inclui os critérios de publicação relacionados ao licenciamento.

Quanto as Câmaras Técnicas, a pendência está superada desde a edição da Lei nº

13.507/2009, regulamentada pelo Decreto nº 55.087/2009.

O Regimento Interno foi revisado em 2009 e 2010 pela Comissão Processante e de Normatização e Aprovado pela Deliberação Consema 05/2010.

2. DELIBERAÇÃO CONSEMA 26/97 DE 30 DE JULHO DE 1997 (122ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 122ª Reunião Plenária Ordinária, depois de ouvir a explanação do representante do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de São Paulo sobre os procedimentos que este CREA-SP adota para registro de empresas, indicação de Responsabilidade Técnica - RT e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, resolveu criar uma Comissão Especial com a tarefa de estudar e propor ao Plenário do Consema procedimentos para se implementar a responsabilização efetiva dos técnicos, identificando inclusive meios para integrar a atuação dos vários conselhos profissionais. Esta comissão será composta pelos conselheiros representantes da Coordenadoria de Licenciamento e de Proteção de Recursos Naturais, da Procuradoria Geral de Justiça, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, e pelos conselheiros ambientalistas Carlos Alberto Hailer Bocuhy, Condesmar Fernandes de Oliveira e Leinad Ayer de Oliveira.

Stela Goldenstein / Secretária Adjunta do Meio Ambiente / Presidente do Consema, em exercício

Atendimento à Del. CONSEMA 26/97:

A tarefa consistente em "propor procedimentos para se implementar a responsabilização efetiva dos técnicos, identificando inclusive meios para integrar a atuação dos vários conselhos profissionais" deve ser excluída, tendo em vista que se acha superada pela edição da Lei federal nº 9.605/98, que estabelece sanções para crimes e infrações administrativas ambientais. Assim, a responsabilização de técnicos deve dar-se no âmbito da referida legislação, sem prejuízo da responsabilização civil, se cabível.

3. DELIBERAÇÃO CONSEMA 32/97, DE 08 DE OUTUBRO DE 1997 (125ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 125ª Reunião Plenária Ordinária, depois de apreciar a lista de empreendimentos, obras e atividades sujeitos a licenciamento ambiental, ou a autorização, e a relação daqueles cujo licenciamento deverá ser precedido de avaliação de impacto ambiental, ambas elaboradas pela SMA nos termos da Deliberação Consema 017/96, tomou as seguintes decisões: 1. ampliar a composição da Comissão Especial criada por essa deliberação, com a participação dos representantes da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; 2. acrescentar às tarefas a ela atribuídas a de analisar esses documentos, podendo, para isto, valer-se do auxílio de peritos; 3. encaminhá-los novamente ao Plenário, para apreciação.

Stela Goldenstein / Secretária Adjunta do Meio Ambiente / Presidente do Conselho em exercício

Atendimento à Del. CONSEMA 32/97:

As pendências sobre a composição e atribuições (análise e peritos) da Comissão, estão superadas desde a edição da Lei nº 13.507/2009, regulamentada pelo Decreto nº 55.087/2009.

4. DELIBERAÇÃO CONSEMA 23/99, DE 11 DE AGOSTO DE 1999 (147ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA)

O Conselho Estadual de Meio Ambiente, em sua 147ª Reunião Plenária Ordinária, tomou as seguintes decisões relacionadas com a Comissão Especial criada pela Deliberação 17/96 e alterada pela Deliberação 32/97: 1. acrescentar às tarefas a ela atribuídas a de reavaliar os critérios de licenciamento ambiental; e 2. ampliar o número de seus componentes, passando ela a ser integrada pelos representantes da Coordenadoria de Planejamento Ambiental/SMA, da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e Proteção dos Recursos Naturais/SMA, da Secretaria de Energia, da Secretaria da Cultura, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental-Cetesb, da Associação Brasileira de Energia Sanitária, do Sindicato dos Trabalhadores Urbanos do Estado de São

Paulo, do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, do Instituto dos Arquitetos do Brasil, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, do Ministério Público, e por quatro representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema.

Ricardo Tripoli / Secretário do Meio Ambiente / Presidente do Consema

Atendimento à Del. CONSEMA 23/99:

As pendências sobre a composição e atribuições (análise e peritos) da comissão, estão superadas desde a edição da Lei nº 13.507/2009, regulamentada pelo Decreto nº 55.087/2009.

5. DELIBERAÇÃO CONSEMA 14/2001, DE 06 DE JUNHO DE 2001(165ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 165ª Reunião Plenária Ordinária, considerando a necessidade de se racionalizar o trabalho das Comissões Especiais existentes, resolveu diminuir seu número, rever suas atribuições, refazer sua composição e modificar o regulamento de que trata a Deliberação Consema 10/95, nos seguintes termos:

.
.
.

Disposições Transitórias

Artigo 1º – As tarefas já atribuídas às Comissões Especiais que ora se transformam nas novas Comissões Especiais Temáticas ficam assim distribuídas:

.
.
.

Comissão Especial Mista Permanente

Criar mecanismos de articulação e integração do Consema com o CRH e o Conesan, nos termos da **Del. Consema 59/94**.

Artigo 2º - As novas Comissões Especiais analisarão, em sua primeira reunião, a lista de tarefas antigas que lhes estão sendo repassadas, para avaliar e decidir quais delas merecem ter prosseguimento, comunicando-se o resultado ao Plenário.

Ricardo Tripoli / Secretário do Meio Ambiente / Presidente do Consema

Atendimento à Del. CONSEMA 14/01:

Deliberação Consema 59/94, de 30 de novembro de 1994.

(33ª Reunião Plenária Extraordinária do Consema)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 33ª Reunião Plenária Extraordinária, depois de apreciar o **“Relatório da Comissão Especial CRH/CONESAN/CONSEMA”**, decidiu aprovar os critérios para o relacionamento do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA com o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e com o Conselho Estadual de Saneamento Ambiental - CONESAM, elaborados pela Comissão Especial criada pela Deliberação CONSEMA 30/93 e a seguir transcritos.

“DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA O RELACIONAMENTO DO CONSEMA COM OS CONSELHOS ESTADUAIS DE RECURSOS HÍDRICOS E DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

1. PREMISSE FUNDAMENTAL.

Qualquer entendimento que se formule sobre os Conselhos, isoladamente ou considerando as possíveis interações entre os mesmos, deve ser precedido da consciência de serem eles apenas um elemento de categorias conceituais mais gerais, a saber:

- a - o Sistema Estadual do Meio Ambiente - SISEMA;
- b - o Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SIGRH;
- c - o Sistema Estadual de Saneamento Ambiental - SESAN.

Estes, por sua vez, representam um dos instrumentos que, juntamente com objetivos, conceitos, princípios e diretrizes, formam um todo de categorias conceituais ainda mais gerais, como são:

- a - a Política Estadual do Meio Ambiente;
- b - a Política Estadual de Recursos Hídricos;
- c - a Política Estadual de Saneamento Ambiental.

Assim sendo, antes de buscar o entendimento sobre qual deva ser a natureza, a missão e a forma de interação entre os três conselhos, é necessário proceder a mesma reflexão no concernente às políticas acima referidas, para compreender a lógica específica de cada uma delas e, especialmente, a coerência metodológica das mesmas na interface entre elas.

2. REFLEXÃO SOBRE A NATUREZA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

Uma Política Pública deveria, por critérios etimológicos de fundamentação, ser concebida como a forma pela qual a sociedade deseja que determinada questão de interesse público seja tratada pelos agentes pertinentes. Estes agentes são de natureza pública nas ações básicas de gestão como o planejamento estratégico, o gerenciamento de programas, a fiscalização, a normatização e o controle, envolvendo instituições do Poder Executivo e, muitas vezes, dos Poderes Legislativo e Judiciário, além das interações com os poderes correspondentes das esferas municipal e federal.

Em se tratando de política pública estabelecida por lei, o desejo da sociedade fica automaticamente revestido da necessária legalidade e do poder de condicionar o comportamento dos citados agentes, conferindo, por isso, poder de consequência a um anseio originalmente dotado de legitimidade.

Um entendimento estritamente jurídico obrigaria a que os agentes do Poder Público relevantes tratassem de tornar realidade a vontade política expressa pela lei. O costume da democracia brasileira de conviver com situações em que o Poder Público se apresenta inadimplente com relação à legislação apenas reflete a necessidade de aperfeiçoamentos na prática democrática, não devendo, portanto, constituir pretexto para a desmoralização da lei como estatuto legítimo de vida em sociedade.

Considerando as diferentes origens de cada uma de tais políticas públicas, ainda que todas exibam o mesmo grau de legitimidade social e política e de legalidade institucional e jurídica, não parece ser produtora a atitude de tentar descobrir, seja no plano conceitual ou político-jurídico-institucional-administrativo, qual delas se subordina ou prevalece sobre as demais.

Neste documento, buscar-se-á despertar a percepção de que as três políticas apresentam a mesma perspectiva teleológica e que as eventuais diferenças de método, estilo, enfoque e concepção refletem a pluralidade de visões disseminadas no seio da sociedade, sem juízo de valor sobre méritos relativos.

As eventuais suspeitas de intenção que poderão frustrar o almejado entendimento deveriam ser assumidas como parte integrante de uma “sócio/político-diversidade” inerente à sociedade humana, passíveis de conciliação no inevitável e até saudável embate de idéias nela contidas.

Assim sendo, é preciso ter em mente que as expressões: Política Estadual do Meio Ambiente, Política Estadual de Recursos Hídricos e Política Estadual de Saneamento Ambiental significam a forma pela qual a sociedade deseja que os assuntos GESTÃO AMBIENTAL, GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO AMBIENTAL, respectivamente, sejam tratados.

Resta, então, analisar a natureza, a missão, as intersecções, o comum e o específico de cada um de tais temas, para, posteriormente, dissecar os conceitos, objetivos, princípios, diretrizes, métodos e instrumentos das três políticas que governarão o funcionamento dos três conselhos.

3. SANEAMENTO AMBIENTAL.

A missão do SANEAMENTO AMBIENTAL é assegurar AMBIENTE SALUBRE para a vida humana, por meio de:

- a - abastecimento de água potável;
- b - manejo, coleta, afastamento e disposição sanitária e ambientalmente segura de resíduos líquidos, sólidos, gasosos e de elementos ou substâncias que apresentam riscos à saúde humana;
- c - drenagem;
- d - disciplina sanitária do uso e ocupação do solo;
- e - controle de vetores e reservatórios de doenças transmissíveis;
- f - controle de fontes de emissão de energia nociva à vida humana.

O AMBIENTE SALUBRE é aquele que apresenta qualidade capaz de impedir ou prevenir a ocorrência de doenças de veiculação ambiente e promover o aperfeiçoamento das condições mesológicas favoráveis ao pleno gozo de saúde, conforto e bem estar.

Assim sendo, o saneamento ambiental compreende a política e a gestão de intervenção no meio ambiente, com o objetivo de adequá-los aos requisitos da salubridade ambiental para a vida humana.

Para tanto, é necessário organizar um sistema racional capaz de mobilizar e integrar recursos científicos, tecnológicos, humanos, materiais, econômicos, financeiros, administrativos e institucionais da sociedade para a realização dessa missão. Nesse contexto viabiliza-se plenamente a idéia de um sistema, em função dos inúmeros fatores de complexidade associados a essa tarefa.

4. GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS.

A missão da GESTÃO RECURSOS HÍDRICOS é viabilizar o uso, o aproveitamento, a proteção e o controle dos recursos hídricos pelas gerações humanas atuais e futuras, bem como a permanência dos processos bio-geo-físico-ecológicos que governam as interações da água com os reinos animal, vegetal e mineral, de acordo com a dinâmica do ciclo hidrológico. Assim sendo, a GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS compreende um conjunto de ações que se caracterizam como de ADMINISTRAÇÃO de um processo recorrente de interação Homem-Natureza-Homem, tendo como referencial os requisitos capazes de assegurar o cumprimento dessa missão.

Nessa ótica, a GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS pode perfeitamente ser considerada como GESTÃO AMBIENTAL especializada em um recurso natural suficientemente especial para fazer por merecer um sistema de gestão específico. A especificidade dos Recursos Hídricos se manifesta, principalmente, nos seguintes aspectos:

- a - ciclo hidrológico, com suas inúmeras e notáveis propriedades, com destaque para a recorrência e a renovabilidade;
- b - a água como substância absolutamente essencial para, provavelmente, todas as manifestações de vida do planeta, seja direta ou indiretamente e, especialmente, como substrato da maioria dos processos de interação ecológica;
- c - incompatibilidade relativa entre disponibilidade e demanda no referente à interação com o homem, causando profundo desequilíbrio nas relações entre a água e o meio físico e biológico por onde ela circula, exigindo, por isso, um sistema de gestão específico.

As ações típicas de gestão são as seguintes:

- a - monitoramento contínuo das variáveis que caracterizam o ciclo hidrológico por meio das redes hidrometeorológicas e de qualidade da água;
- b - caracterização quantitativa e qualitativa das interações entre a água e os reinos animal, vegetal e mineral dentro da dinâmica do ciclo hidrológico, particularmente no que se refere à água como substrato de interações ecológicas;
- c - cadastros de usos e usuários;
- d - levantamento de demandas atuais e futuras;
- e - planejamento das ações de uso, aproveitamento, proteção e controle;
- f - outorga e licenciamento de usos e aproveitamentos;
- g - fiscalização e controle;
- h - administração de obras de regularização, controle, aumento da disponibilidade do recurso hídrico, recuperação, preservação de ecossistemas.

As ações relacionadas ao uso, aproveitamento, proteção e controle, como são os casos do abastecimento público e industrial, irrigação, geração de eletricidade, tratamento de águas residuárias, transportes hidroviário, recreação, lazer, esportes aquáticos e controle de inundações configuram empreendimentos setorializados e não devem ser confundidas com as ações de gestão, ainda que devam ser todas compatibilizadas, o que requer que as mesmas sejam consideradas no processo de planejamento integrado inerente à gestão dos recursos hídricos.

5. GESTÃO AMBIENTAL.

A missão da GESTÃO AMBIENTAL é, na essência e no método, semelhante à da GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, valendo, entretanto, para todos os recursos naturais e ambientais.

Um exame mais acurado das ações típicas de gestão de recursos hídricos, reinterpretada para os demais recursos naturais e ambientais, permite avaliar o tamanho e a complexidade das atividades inerentes à GESTÃO AMBIENTAL.

6. POR QUE POLÍTICAS E SISTEMAS ESPECÍFICOS?

Em primeiro lugar, é importante reconhecer as personalidades conceitualmente distintas do SANEAMENTO AMBIENTAL e da GESTÃO AMBIENTAL. O grande fator de distinção é o Homem, já que o SANEAMENTO AMBIENTAL busca obter ambiente salubre para esse ser vivo particular enquanto que a GESTÃO AMBIENTAL, apesar do inevitável antropocentrismo, se preocupa com a harmonização entre a atividade humana e a Natureza, conforme caracterizado anteriormente.

O fato de se poder identificar áreas de superposição não justifica a tese de unificação de políticas e sistemas.

O mesmo raciocínio vale quando se considera a GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS e o SANEAMENTO AMBIENTAL.

Quanto à GESTÃO AMBIENTAL e a GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, já se esclareceu anteriormente que a única, porém forte razão para justificar dois conjuntos de ações reside no caráter particularmente relevante da água entre todos os recursos naturais e ambientais.

Trata-se, portanto, de uma questão de ênfase e intensidade a justificar o destaque dos recursos hídricos sobre os demais, até porque a água constitui uma espécie de denominador comum dos mesmos.

O surgimento de políticas, sistemas e demais elementos com identidade própria a respeito do SANEAMENTO AMBIENTAL, da GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS e da GESTÃO AMBIENTAL decorreu muito mais da diversidade das respectivas fontes geradoras do que do reconhecimento dos argumentos anteriores, o que significa que na sociedade existem percepções distintas sobre tais questões, o que deve ser considerado sociologicamente normal e politicamente salutar.

A tarefa importante a realizar não é a pesquisa dos níveis de subordinação entre tais políticas e sistemas. Muito mais sábio, proveitoso e conseqüente é definir e equacionar os mecanismos de cooperação, articulação e integração capazes, por um lado, de conferir fluência operacional a cada um deles e, por outro, de aumentar a eficácia individual e conjunta dos mesmos, por meio de atitudes favoráveis à plena realização do potencial de sinergismo propiciado pelas interfaces (nesse contexto destacam-se os mecanismos mediante os quais se pode realizar os fluxos de recursos financeiros de um sistema para o outro, como é, por exemplo, o caso dos recursos gerados pela aplicação do princípio do usuário-pagador).

Qualquer atitude contrária denota corporativismo profissional, social e/ou político, que, por isso mesmo, apresenta elevado potencial de contribuir para a frustração dos objetivos de cada uma e de todas as políticas em questão.

A formulação dos mecanismos de articulação, cooperação e integração deve estar respaldada pelo reconhecimento de que, em alguma medida, direta ou indiretamente a consecução dos objetivos de um sistema/política se insere no contexto de realizações de objetivos dos demais, sendo irrelevante, a menos de razões de ordem inferior, a preocupação em desvendar no seio de qual deles foram gestados e desenvolvidos os processos que resultaram no alcance de tais objetivos.

7. MECANISMOS DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO.

7.1. Considerações básicas.

Na tentativa de formular mecanismos de articulação e integração entre as três políticas/sistemas, o primeiro ímpeto é a identificação de procedimentos padronizados para questões específicas, numa perspectiva de regulamentação formal.

O risco que se corre com tal abordagem é estabelecer sistemas de articulação burocratizados, contribuindo para aumentar artificialmente a complexidade dos sistemas de decisão.

Acresce-se a isso o fato de os sistemas serem relativamente novos, não havendo suficiente experiência a respaldar qualquer modelo pré-concebido de interconexão entre eles. Assim sendo, recomenda-se a adoção de mecanismos simples, tratando as questões caso a caso, até que haja, pela prática, suficiente experiência e evidência da adequação de modelos que permitam uma formulação padronizada.

Em decorrência de tal postura, os mecanismos mais simples são a figura de RESOLUÇÕES CONJUNTAS dos três conselhos, instituídas mediante entendimento prévio levado a efeito por COMISSÕES MISTAS.

7.2. Recomendações relativas às Resoluções Conjuntas e Comissões Mistas.

Inicialmente, propõe-se a constituição de uma COMISSÃO MISTA PERMANENTE PARA ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO, com as seguintes atribuições:

- i. elaborar regulamento disciplinando o processo de preparação, decisão e edição de Resoluções Conjuntas dos conselhos estaduais, gestadas técnica e administrativamente por Comissões Mistas Temáticas.
- ii. gerenciar os processos de geração de Resoluções Conjuntas e de organização das respectivas Comissões Mistas Temáticas.
- iii. conceber e administrar procedimentos relacionados ao intercâmbio e divulgação da documentação dos sistemas.
- iv. formular mecanismos de articulação e integração específicos;
- v. identificar os temas passíveis de merecer Resoluções Conjuntas.

Para tanto, propõe-se a constituição de uma Comissão Mista Permanente, com três representantes de cada conselho, que deverão eleger o coordenador da comissão por um período de um ano.

O Plenário decidiu também recomendar ao Secretário do Meio Ambiente: 1. que, reiterando a Moção CONSEMA 02/93, de 29 de março de 1993, e a moção aprovada pelo Conselho de Recursos Hídricos em sua 1ª Reunião Extraordinária, realizada em 25 de novembro de 1993, envie um ofício ao Excelentíssimo Senhor Governador, solicitando que, mediante a revisão do Decreto nº 36.787, confira paridade plena à sociedade civil junto aos Municípios e ao Estado, em suas relações de função no Conselho de Recursos Hídricos, dando-lhe um terço dos votos; e 2. que, dada à necessidade de os três conselhos estarem funcionando regularmente para a plena operacionalização dos trabalhos da Comissão Mista Permanente e, em decorrência,

para a implementação das leis 7763/91 e 7750/92, oficie ao Secretário de Recursos Hídricos informando-o acerca das decisões do CONSEMA relativas às matérias objeto do documento “DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA O RELACIONAMENTO DO CONSEMA COM OS CONSELHOS ESTADUAIS DE RECURSOS HÍDRICOS E DE SANEAMENTO AMBIENTAL”, solicitando que indique os representantes do CRH para comporem de imediato a Comissão Mista Permanente e faça gestões para que se regule a Lei nº 7750/92, constituindo o CONESAN, e, desse modo, possam ser também indicados os representantes deste conselho na Comissão Mista Permanente.

Atendimento:

A constituição de uma Comissão Mista Permanente para articulação e integração do CONSEMA com o CRH e com o CONESAN, nos termos da Deliberação Consema 59/94, foi superada. Entende-se que à época, o relacionamento mais estreito entre esses Conselhos era deficiente. Contudo, ao longo de 17 anos, os trabalhos voltados aos temas relacionados aos recursos hídricos, saneamento e meio ambiente foram desenvolvidos de forma articulada, culminando muitas vezes no estabelecimento de Resoluções Conjuntas entre as Pastas envolvidas.

6. DELIBERAÇÃO CONSEMA 09/2001, DE 11 DE ABRIL DE 2001 (163ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 163ª Reunião Plenária Ordinária, decidiu atribuir à Comissão Especial de Avaliação de Impacto Ambiental (recriada pela Del. Consema 17/96 e alterada pelas Dels. Consema 32/97, 12, 23 e 37/99) a tarefa de reanalisar a **Deliberação Consema 67/94**, no que se refere à proposta de decreto que institui a Avaliação Ambiental Estratégica e à proposta de resolução que cria a Comissão de Avaliação Ambiental Estratégica (que resultou na Resolução SMA 44/94), e encaminhar relatório ao Plenário.

Ricardo Tripoli / Secretário de Estado do Meio Ambiente / Presidente do Consema

Atendimento à Del. CONSEMA 09/01:

Deliberação Consema 67/94, de 22 de dezembro de 1994.

(35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 35ª Reunião Plenária Extraordinária, aprovou o relatório apresentado pela Comissão Especial instituída com a finalidade de analisar princípios, critérios e procedimentos relacionados com o processo de avaliação de impacto ambiental (cf. Deliberações 41/92 e 8/94), o qual conclui pela formalização de proposta

normativa que inclua a variável ambiental na formulação das políticas públicas do Estado, através da criação de estrutura para avaliação ambiental estratégica na Secretaria do Meio Ambiente e a instalação de grupos de políticas públicas nas Secretarias de Estado; pela formalização de proposta normativa que dê nova disciplina à apreciação dos estudos de impacto ambiental, visando aumentar a possibilidade de participação da sociedade civil no processo de licenciamento das atividades e aperfeiçoar a tramitação do EIA e do RIMA no âmbito do CONSEMA; e pela continuidade dos trabalhos desta comissão, com o objetivo de desenvolver estudos necessários ao aprimoramento do sistema de avaliação de impacto ambiental do Estado. Consequentemente, decidiu:

1. Solicitar ao Secretário do Meio Ambiente que submeta ao Senhor Governador do Estado, para sua apreciação e aprovação, a minuta de decreto que institui a avaliação ambiental estratégica, a seguir transcrita:

MINUTA DE DECRETO

.....Governador do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e,

- Considerando os termos da Lei Federal 6938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente ;
- Considerando o artigo 191º da Constituição do Estado de São Paulo;
- Considerando a Resolução 001/86 do CONAMA;
- Considerando que a atividade governamental deve incorporar a avaliação ambiental na concepção e apreciação de políticas, planos e programas de interesse público e, para tanto, devendo-se adotar sistemática diferenciada da Avaliação de Impacto Ambiental de projetos e empreendimentos, dada a sua amplitude, alcance e abstração;

Decreta:

Artigo 1º - A aprovação de políticas, planos ou programas públicos regionais ou setoriais, propostos pelo Estado, deverá ser precedida de uma Avaliação Ambiental Estratégica - AAE, cujos resultados em termos de implicações ambientais e medidas de mitigação, deverão ser incorporadas quando da formulação de tais ações.

Artigo 2º - Deverão ser instituídos, em todas as Secretarias de Estado, Grupos de Políticas Públicas com a atribuição de coordenar e conduzir o processo de formulação e avaliação de políticas, planos e programas setoriais afetos à sua Pasta, inclusive aqueles propostos pelas instituições a ela vinculadas.

Parágrafo único - Os Grupos de Políticas Públicas - GPP de que trata o caput deste artigo, serão integrados, entre outros, sempre por representantes da Pasta (setor), da Secretaria de

Planejamento e Gestão, da Secretaria do Meio Ambiente e, quando for o caso, pelos conselheiros representantes da pasta no CONSEMA.

Artigo 3º - A Secretaria de Estado competente, através de seu Grupo de Política Pública - GPP, coordenará a formulação da ação proposta a ser conduzida pela entidade proponente a ela subordinada, avaliará os efeitos ambientais significativos, positivos e negativos, diretos e indiretos, que poderão resultar da implementação da ação, e as principais alternativas; os resultados da Avaliação Ambiental são consubstanciados no Relatório de Avaliação Ambiental Estratégica a que se dará publicidade.

Artigo 4º - O Grupo de Política Pública realizará consultas à sociedade e outras entidades públicas, com base no Relatório de Avaliação Ambiental.

Artigo 5º - A Secretaria de Estado competente, através de seu GPP, encaminhará o relatório final da AAE ao CONSEMA, para apreciação;

Artigo 6º - A Secretaria de Estado competente dará publicidade à ação nos termos que foi aprovada, justificando as razões da decisão e as medidas a serem tomadas quando da sua implementação inclusive os procedimentos e exigências para a próxima fase.

Artigo 7º - Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Artigo 8º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

2. Solicitar ao Senhor Secretário do Meio Ambiente que aprecie e aprove as minutas de resoluções a seguir transcritas:

a) Resolução que cria a Comissão Ambiental Estratégica:

MINUTA DE RESOLUÇÃO SMA

O Secretário do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições e,

considerando que as políticas, planos e programas públicos, pelo seu caráter de indução de ações antrópicas, podem acarretar consequências ambientais indesejáveis;

considerando que a Avaliação de Impacto Ambiental, nos termos da Lei Federal 6938/81 e do Decreto Federal 99274/90, é habitualmente restrita à análise de projetos e obras;

considerando que, na fase de elaboração de projetos, as opções disponíveis são freqüentemente limitadas por decisões anteriores, tomadas no nível de planos ou programas;

considerando que impactos ambientais secundários, de natureza cumulativa ou sinérgica podem não ser adequadamente identificados e avaliados na etapa de projeto;

considerando que a atividade governamental deve incorporar a Avaliação Ambiental na elaboração e apreciação de políticas, planos e programas de interesse público e para tanto, deve-se adotar uma sistemática diferenciada da Avaliação de Impacto Ambiental de projetos e empreendimentos, dada a sua amplitude, alcance e abstração;

finalmente, considerando que compete ao CONSEMA exprimir o DEVER-PODER conjunto imposto ao Poder Público e à coletividade na gestão ambiental do Estado;

Resolve:

Artigo 1º - Fica designada, para atuar junto ao Gabinete do Secretário do Meio Ambiente, COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA, encarregada de analisar a variável ambiental considerada nas políticas, planos e programas governamentais e de interesse público, encaminhando relatório para apreciação do CONSEMA.

Artigo 2º - A Comissão de Avaliação Estratégica será diretamente subordinada ao Secretário do Meio Ambiente e terá a seguinte organização:

I - Um Colegiado composto por 10 (dez) membros, sendo:

06 (seis) conselheiros integrantes do Conselho Estadual do Meio Ambiente, eleitos por seu plenário, observando-se a paridade.

04 (quatro) técnicos designados pelo Secretário de Meio Ambiente.

II - Uma Equipe Técnica integrado por pessoal técnico de nível universitário recrutado dentre os servidores da administração ou contratados.

§ 1º - O Colegiado terá um coordenador eleito dentre os seus membros.

§ 2º - A supervisão de Equipe Técnica será exercida por Assessor Técnico de Gabinete designado pelo Secretário de Meio Ambiente.

Artigo 3º - Compete à Comissão, através:

I. DO COLEGIADO:

a) verificar a consonância das diretrizes setoriais com as diretrizes gerais do planejamento governamental, definindo âmbito do impacto e o escopo da avaliação das políticas, planos e programas que lhe forem apresentados;

b) elaborar ou propor, quando couber, Termo de Referência, contendo o critério das variáveis ambientais a serem exigidas para Avaliação Ambiental Estratégica - AAE;

c) avaliar a execução e os resultados da monitorização ambiental e acompanhamento das políticas, planos e programas;

d) encaminhar relatório contendo análise e conclusão sobre as AAE para deliberação final do Plenário do CONSEMA;

e) avaliar e aprovar o programa de trabalho desenvolvido pela Equipe Técnica.

II. DA EQUIPE TÉCNICA:

a) desenvolver os critérios e métodos a serem propostos para elaboração das AAE e, quando couber, estabelecer os Termos de Referência;

b) efetuar a revisão técnica das AAE de políticas, planos e programas propostos pelos setores públicos;

c) promover a realização de estudos ou diagnósticos ambientais relacionados com as políticas, planos e programas, conforme diretrizes gerais baixadas pelo Colegiado;

d) elaborar relatórios de trabalho e pareceres técnicos a serem submetidos ao Colegiado;

§ 1º - A Comissão de Avaliação Ambiental Estratégica terá função de assessoria, devendo o relatório final emitido por seu Colegiado ser submetido à aprovação do CONSEMA;

§ 2º - As proposições desta Comissão poderão integrar a variável ambiental ainda na fase de elaboração das políticas, planos e programas a serem desenvolvidos pelo setor competente do órgão proponente.

Artigo 4º - a avaliação das políticas, planos e programas públicos deverá ser considerada quando do eventual estudo dos impactos cumulativos correspondentes aos empreendimentos ou atividades deles resultantes, se representar isoladamente impacto potencial ou efetivo, a critério da Secretaria de Meio Ambiente.

Artigo 5º- A Comissão contará com apoio técnico e administrativo dos órgãos da Secretaria de Meio Ambiente, devendo o proponente fornecer, quando solicitado, o suporte técnico necessário para a revisão da Avaliação Ambiental Estratégica.

Artigo 6º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 7º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

b) Resolução que estabelece procedimentos para avaliação de impacto ambiental no Estado de São Paulo:

MINUTA DE RESOLUÇÃO SMA

O Secretário do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais e, considerando proposta do CONSEMA relativa à tramitação de Estudos de Impacto Ambiental, resolve:

Artigo 1º - Ficam aprovados os procedimentos para análise de Estudos de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), no âmbito desta Secretaria, constantes do anexo a esta Resolução.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

ANEXO - PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE EIA/RIMA:

PARTE I - PROCEDIMENTOS INICIAIS

1. Nos casos previstos no artigo 2º da Resolução nº 001/86, do CONAMA, o interessado requererá a licença ambiental, instruída com o Relatório Ambiental Preliminar - RAP, conforme roteiro de orientação estabelecido pela SMA.

1.1. Nos casos em que o empreendimento também for fonte de poluição, sujeita à licença da CETEB por força do disposto no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 8468/76, o requerimento será dirigido à CETESB que o encaminhará à SMA, com as considerações preliminares que julgar pertinentes.

1.2. Nos demais casos, o requerimento será dirigido diretamente à SMA.

2. Publicado o pedido de licença, qualquer interessado poderá manifestar-se, por escrito, através de petição dirigida à SMA, no prazo de 30 dias contados da data da publicação.

3. A SMA, através do DAIA, analisará o RAP e as manifestações escritas que receber, podendo:

a) indeferir o pedido de licença em razão de impedimentos legais ou técnicos;

b) exigir a apresentação de EIA/RIMA ou dispensá-la.

3.1. Em qualquer das hipóteses, a decisão será devidamente motivada e publicada, com sua motivação, noticiando as petições recebidas.

3.2. No caso de ser exigida a apresentação de EIA/RIMA, poderá ser pedida a realização de Audiência Pública, nos termos da legislação vigente, no prazo de 45 dias contados da data da publicação da decisão.

4. A seguir, o interessado submeterá à SMA o Plano de Trabalho para elaboração do EIA e RIMA, que deverá explicitar a metodologia e o conteúdo dos estudos necessários, à avaliação de todos os impactos ambientais relevantes do Projeto, considerando, também, as manifestações escritas referidas no item 2, bem como as que forem feitas na audiência pública, se realizada.

4.1. O Plano de Trabalho deverá ser apresentado no prazo de 180 dias, contados da publicação da decisão que exigir a apresentação do EIA/RIMA.

4.2. Se ultrapassado o prazo estabelecido no sub-item anterior, o interessado deverá atualizar as informações contidas no RAP, exceto se comprovar sua atualidade.

5. Com base na análise do Plano de Trabalho, do RAP e de outras informações constantes do processo, o DAIA definirá o Termo de Referência (TR), fixando o prazo para elaboração do EIA e RIMA, publicando sua decisão.

5.1. O DAIA ouvirá o CONSEMA, antes de definir o TR, sempre que este evocar a análise desse Termo em razão da magnitude e complexidade dos impactos ambientais do empreendimento.

PARTE II - REVISÃO DO EIA e RIMA

O interessado apresentará o EIA e RIMA à SMA, no prazo estabelecido nos termos do item 5.

6.1. O DAIA, recebidos o EIA e RIMA, anunciará pela imprensa local a abertura do prazo de 45 dias para solicitação de audiência pública, nos termos do disposto na Resolução nº 09/87, do CONAMA e na Deliberação nº 50/92, do CONSEMA.

6.2. A audiência pública poderá realizar-se, também, na Capital do Estado, caso os impactos atinjam dois ou mais Municípios e for solicitada nos termos da Resolução nº 09/87, do CONAMA.

7. A revisão do EIA e RIMA considerará as contribuições escritas dos interessados, encaminhadas nos termos do item 2 desta Resolução ou apresentadas na audiência pública, bem como as complementações que forem exigidas.

8. Concluída a revisão, o DAIA emitirá Relatório sobre a qualidade técnica do EIA e RIMA, informando se demonstram a viabilidade ambiental do empreendimento e sugerindo condições para as diferentes etapas do licenciamento.

PARTE III - ANÁLISE DO EMPREENDIMENTO

9. Publicada a súmula do relatório do DAIA, a Secretaria Executiva do CONSEMA encaminhará o RIMA e o relatório do DAIA a uma das câmaras técnicas do CONSEMA que analisará o empreendimento, ouvindo o interessado, técnicos da SMA envolvidos com a questão e demais segmentos sociais interessados.

10. Finda a análise, a câmara técnica emitirá seu parecer, propondo a aprovação ou reprovação do empreendimento, encaminhando-o ao plenário do CONSEMA, através de sua Secretaria Executiva.

11. O CONSEMA, em sua composição plena, examinará o parecer da Câmara Técnica, aprovando-o, nos termos em que foi apresentado ou modificando-o, podendo também recusá-lo, reservando para si a deliberação final.

PARTE IV - LICENCIAMENTO

12. Aprovado o empreendimento pelo CONSEMA, a SMA emitirá a Licença Prévia (LP), fixando seu prazo de validade.

13. O DAIA emitirá relatório técnico atestando o cumprimento das exigências formuladas no ato da aprovação do empreendimento, encaminhando cópia à Secretaria Executiva do CONSEMA.

13.1. A SMA, à vista do relatório técnico, emitirá Licença de Instalação, fixando seu prazo de validade.

14. A Secretaria Executiva do CONSEMA informará o Plenário de que receber o relatório referido no item 13, na primeira reunião subsequente a seu recebimento, dando cópia aos conselheiros que a pedirem.

15. O mesmo procedimento estabelecido nos itens 13 e 14 será adotado para a outorga da Licença de Operação ou Funcionamento.

15.1. Da Licença de Operação ou Funcionamento constará o prazo de sua vigência.

16. Nos casos em que o licenciamento for de competência da CETESB, esta deverá cumprir todas as determinações contidas nos itens 13 e 15, inclusive a fixação de prazos de validade e vigência das licenças.

3. Determinar à Comissão Especial que continue seus trabalhos, para:

Definir lista completa e atualizada de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental;

Atualizar lista de empreendimentos cujo licenciamento ambiental se fará obrigatoriamente através de EIA e RIMA;

Definir roteiro básico para Planos de Trabalho e TRs;

Definir conteúdo/roteiro do RAP;

Definir critério de consultas de TRs (locais onde estarão disponíveis, quantidades de cópias, etc);

Definir o conteúdo mínimo de relatório a ser emitido pelo DAIA quanto à qualidade técnica do EIA e RIMA (item III.8);

Definir critérios para estabelecimento de prazos para revisão de EIAs e RIMAs;

Aprofundar as definições conceituais de impacto ambiental;

Redefinir o número das Câmaras Técnicas, suas atribuições e composição, propondo-se também as mudanças do seu regimento interno;

Estudar a viabilidade de implantação de auditoria ambiental de empreendimentos em operação;

Propor critérios para o licenciamento de empreendimentos em operação que não foram objeto de licenciamento;

Analisar a possibilidade de pagamento de taxas pelo empreendedor à SMA, para cobrir custos do processo de licenciamento e dos estudos técnicos necessários para aparelhar e subsidiar tecnicamente a população afetada.

Atendimento:

A Deliberação Consema 67/94 está superada no que diz respeito ao licenciamento ambiental através da Avaliação de Impacto Ambiental, pois da mesma forma que as Deliberações 41/92 e 08/94, o atendimento foi feito pela Comissão Especial por meio da edição da Resolução SMA 42/1994, de 29/12/1994, da Resolução SMA 49/1994 (revogada) e da Resolução SMA 54/2004, de 30/11/2004 e Resolução Conama 237, de 19/12/1997, que contemplaram as demandas mencionadas, como: os critérios e procedimentos para: licenciamento ambiental, roteiros para elaboração de Planos de Trabalho, roteiros para elaboração de EIA/RIMA/RAP/EAS, prazos para revisão de EIA/RIMA, definições conceituais de impacto ambiental. A cobrança pela análise dos estudos está contemplada no Decreto Estadual 55.149, de 10/12/2009. Quanto aos itens que tratam da lista de empreendimentos passíveis de licenciamento ambiental, observar o item sobre a Deliberação Consema 017/96, de 02/07/1996.

No que diz respeito à Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) também está superada, uma vez que a AAE foi instituída e regulamentada como instrumento da Política Estadual de Mudanças Climáticas - PEMC, instituída pela Lei Estadual nº 13.798 de 09 de novembro de 2009, nos seus artigos 4º, 8º e 33, incisos V e IV; e em seu decreto regulamentador, Decreto Estadual nº 55.947 de 24 de junho de 2010, nos artigos 18, 19, 21 e 22.

Tendo em vista a convergência entre o conteúdo da referida legislação e das minutas apresentadas, entende-se que o objetivo inicial da Comissão Especial do CONSEMA de incluir a variável ambiental na formulação das políticas públicas no Estado de São Paulo, por meio da AAE, fora contemplado pela Política Estadual de Mudanças Climáticas e sua regulamentação.

10. DELIBERAÇÃO CONSEMA 02/2005, DE 25 DE JANEIRO DE 2005 (207ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO CONSEMA)

O Conselho Estadual do Meio Ambiente, em sua 207ª Reunião Plenária Ordinária, decidiu conferir à Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas a tarefa de elaborar proposta de políticas públicas para a preservação do cervo do pantanal e apresentar relatório ao Plenário.

José Goldemberg / Secretário de Estado do Meio Ambiente / Presidente do Consema

Atendimento à Del. CONSEMA 02/05:

Conforme deliberado pela Comissão Temática de Políticas Públicas do CONSEMA, na reunião realizada em 22 de agosto de 2011, a Deliberação 02/2005 foi encaminhada à Comissão Especial de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas, por meio do Memorando SMA / CPLA Nº 50/2011, de 25 de agosto de 2011.

No que diz respeito às tarefas atribuídas à Comissão de Políticas Públicas pela Deliberação CONSEMA 11/2010, de 19 de maio de 2010, era o que tínhamos a relatar ao Plenário.

Comissão de Políticas Públicas, em 02 de fevereiro de 2012.

Relator: Conselheira Nerea Massini – Secretaria do Meio Ambiente / Coordenadoria de Planejamento Ambiental.